

Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

Seminário da Comissão Tripartite Nacional: Contribuição dos Estados e Municípios para a

Regulamentação e Implementação da Política Nacional do Manejo Integrado do Fogo

Data: 17 de setembro de 2024

Local: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Brasília/DF

Participantes

- André Rodolfo de Lima Secretário Extraordinário do Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD/MMA);
- Anna Flávia de Senna Franco Secretária Executiva Adjunta (SECEX/MMA);
- Carolina Schubart Coordenadora do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais SEMA/DF;
- Daniella Teixeira Fernandes de Araújo Diretora Geral e Coordenadora do Programa Bahia sem Fogo;
- Dércio Santos da Silva Secretário Executivo do Comitê de Gestão do Fogo do Mato Grosso;
- Douglas Aquino Estagiário (DSisnama/SECEX/MMA);
- Flávio Guedes Assessor do PPCIF;
- Francisco de Assis Meteorologista.
- Gutemberg Gomes Secretário de Estado da SEMA/DF;
- João Paulo Sotero Chefe de Gabinete da SECD/MMA;
- Leonardo Rodrigues Congro Chefe da Assessoria, Bombeiro Militar do Mato Grosso do Sul;
- Luciana Machado Coordenadora Geral de Controle do Desmatamento da SECD/MMA;
- Magna Helena dos Santos Lisboa de Almeida Secretária Executiva da Abema;
- Marçal Fortes Silveira Cavalcante Presidente da Anamma;
- Marcela Moraes Diretora do DSisnama/SECEX/MMA;
- Marco Aurelio Belmont Analista Ambiental (DSisnama/SECEX/MMA);
- Mariana Massoud Coordenação de enfrentamento às queimadas do Mato Grosso do Sul;
- Mauren Lazzaretti Presidente da Abema Secretária de Estado da SEMA/MT;
- Mônica Guedes Coordenadora Geral Sisnama (DSisnama/SECEX/MMA);
- Nicoly Medeiros Estagiária (DSisnama/SECEX/MMA).
- Pablo Villanueva Analista Ambiental (DSisnama/SECEX/MMA);
- Sérgio Ricardo Benedetti Secretário Municipal da SEMMAS de São Félix do Xingu/Pará;
- Yaylley Coelho da Costa Jezini Engenheiro Ambiental da SEMMA de Porto Velho/RO.



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

Programação

Mesa de Abertura

- André Lima Secretário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial/MMA
- Renata Libonati Professora do LASA UFRJ Panorama dos Incêndios no Brasil

Painel dos Estados

- Coordenação: Mauren Lazzaretti Presidente da Abema
- Daniella Teixeira Fernandes de Araújo Bahia
- Rodrigo Belo Minas Gerais
- Leonardo Rodrigues Congro Mato Grosso do Sul
- Coronel Décio Mato Grosso

Painel dos Municípios

- Coordenação: Marçal Cavalcante Presidente da Anamma
- Mariana Massoud Campo Grande/MS
- Sérgio Ricardo Benedetti São Félix do Xingú/PA
- Deyvson Braga Manaus/AM
- Yayley Jezini Porto Velho/RO

ABERTURA

André Lima, Secretário Extraordinário do Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD/MMA)

- Cumprimenta cordialmente a todos os presentes no seminário. Quando as florestas são queimadas e a fumaça não chega à cidade, não há uma grande mobilização da sociedade para cuidar e apoiar as agendas ambientais, dar suporte e cobrar socialmente. Parece que as florestas estão mandando sinal de fumaça para as capitais, despertando a sociedade para as prioridades ligadas à agenda climática.
- Apresentou imagem da evolução das secas no Brasil nos últimos 13 anos. Observamos movimentos críticos: em 2012, no Nordeste; em 2015, no Nordeste e em uma parte importante da Amazônia; em 2020, no Sul, Sudeste, Centro Oeste e Pantanal. Em 2024, está bem diferente dos anos anteriores, com cerca de 58% do Brasil enfrentando situação de seca moderada excepcional e 35% de seca severa extrema.
- O gráfico apresenta o Índice de precipitação evapotranspiração padronizado (SPEI) no Brasil pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI), mostrando que no início da década de 90 havia um balanço positivo do ponto de vista de umidade. A partir



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

de 1990 (época da ECO-92, onde se começou a falar sobre agenda climática), o balanço se torna negativo. Se notarmos no gráfico, nos últimos 10 anos a situação é crítica. Não é um evento pontual. Existem fatores principais, como, a ação humana, o desmatamento na Amazônia e no Cerrado, alterando a situação de evapotranspiração, ciclo hidrológico, vazão de rios, lençóis freáticos e os aquíferos, os impactos do clima regional tem um papel decisivo.

- O desmatamento zero não é suficiente, será preciso mudar significativamente a adaptação às mudanças climáticas e a política pública. Uma importante medida é a edição de um marco legal para o estatuto da emergência climática, demandando inverter a lógica administrativa, gerencial, política e burocrática para viabilizar tudo o que é necessário. Este é um momento importante para enfrentar esse nível crítico de todos os biomas e, ao mesmo tempo, estruturar-se para o ano que vem e para o futuro.
- A Lei 14.944 de manejo integrado do fogo foi aprovada e a legislação está em processo de implementação, passando pela instalação do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo.
- O objetivo deste seminário é reunir estados e municípios e o governo federal a fim de compartilhar suas ações para iniciar a atividade do Comitê de maneira mais articulada. Pela manhã haverá o painel dos estados, liderado pela presidente da Abema, Mauren e, no período da tarde, painel dos municípios, liderado pelo presidente da Anamma.

Renata Libonati, professora adjunta do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (LASA/UFRJ)

- Agradeceu o convite para a participação. Iniciou explicando que, em panorama global, os últimos 12 meses foram os períodos mais quentes registrados. De 1991-2020, houve aumento de +0.76°C e, de 1850-1900, de +1.64°C.
- No Brasil, de janeiro a agosto, foi o período mais quente registrado no país e, no mapa apresentado, as cores vermelhas indicam recordes históricos de temperatura no ano de 2024. Também observa que, em 2024, houve a maior seca já registrada no período de obtenção de dados. Todos esses eventos têm se tornado mais extremos e estão ocorrendo em lugares onde não ocorriam e fora das épocas do ano.
- Esses eventos isolados estão mais intensos e duradouros, mas também estão ocorrendo de forma conjunta com maior frequência. Destaca a atenção para os eventos simultâneos de secas e ondas de calor no Brasil. Com isso, vem refletindo eventos mais extremos de incêndios. As mudanças climáticas afetam a magnitude das variáveis meteorológicas desses eventos extremos, como secas, ondas de calor, ventos fortes e umidade relativa bastante baixa, que vão propiciar maior ocorrência de fogo.
- Esses incêndios vão repercutir no aumento de gases do efeito estufa, propiciando um aumento de mudanças climáticas, um **processo de retroalimentação positiva**. É preciso interromper esse processo de retroalimentação. No final do século a probabilidade de eventos extremos catastróficos de fogo vai aumentar de 31 a 57%. Tanto a curto, quanto a longo prazo, a



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

probabilidade de ter esses eventos extremos é muito grande, decorrente das mudanças climáticas e agricultura.

- Em 2024, o perigo de fogo acumulado, levando em consideração chuva, temperatura, umidade e vento na Amazônia, é o maior observado desde 1980, refletindo também em área total queimadas, ocorrendo também no Cerrado. Observado nas últimas quatro décadas, os níveis de áreas queimadas são muito altos, comparados a 2020.
- Em 2012, ano muito quente e seco, com condições favoráveis ao fogo no Cerrado, não havia uma política de manejo do fogo. Se tinha política fogo zero, que levou a altos níveis de acúmulo de biomassa e grandes propagação de fogo. No pantanal também a mesma situação que os demais biomas apresentando anteriormente.
- A maioria desses incêndios são causados por ações antrópicas, sendo criminosa ou acidental.
 Como reduzir riscos em um contexto que o fogo depende de interação complexa, como fatores meteorológicos, físicos, biológicos, econômicos e sociais?
- A redução de risco tem sido discutida internacionalmente. Em 2022, a UNEP, programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, reuniu os principais pesquisadores sobre o fogo com o objetivo de gerar recomendações e compilar sobre a situação do manejo do fogo.
- As recomendações dividem-se em três esferas importantes: a primeira engloba participação internacional e regional; a segunda dos governos nacionais, estaduais e municipais; e por último, leva em consideração a academia, o conhecimento científico e as organizações de pesquisa. É necessária a integração desses três entes.

• Recomendações:

- o desaceleração do aquecimento global;
- o aprimoramento do conhecimento e previsão;
- promoção do manejo integrado do fogo;
- o integração do conhecimento tradicional e científico;
- o fortalecimento da cooperação internacional e nacional;
- o priorização dos investimentos em prevenção e redução de risco (proativa x reativa);
- o educação e empoderamento da comunidade e governança local;
- aumento da segurança do combate e promoção da igualdade de gêneros, em que homens
 e mulheres têm percepções diferente de risco e de tomada de decisão.
- Para priorizar os investimentos em prevenção e redução de risco, foram comparados dois pontos principais:
 - Primeiro, o custo associado à gestão de incêndios e o custo de recuperação dos danos e perdas associados a incêndios. A proporção necessária para realizar a redução de risco a incêndios é inferior ao que se gasta com danos e impactos ocasionados.
 - Segundo, a comparação dos 5 Rs, itens de priorização para uma boa gestão de incêndios, revisão, análise, redução de risco, prontidão, resposta, recuperação. Nota-se que os investimentos em redução de riscos são muitos pequenos, comparados aos das respostas



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

e combate. A ideia é reduzir gastos com as respostas e aumentar com a redução de risco e recuperação.

- Os sistemas de alertas são baseados em 4 pontos: conhecimento do risco, bom monitoramento
 e previsão, preparação e capacidade de resposta, e, por fim, disseminação desses alertas. Ainda
 falta construir uma ponte entre esses quatros itens, para que a ação seja efetivada.
- Citou a plataforma "Alarmes", do LASA, que contém informações para apoiar a prevenção, gestão
 e combate dos incêndios no Brasil, webgis, dashboards e previsão de fogos. Cita o exemplo do
 SIFAU, uma ferramenta de gerenciamento de autorizações de queima do Mato Grosso do Sul.

André Lima (SECD/MMA)

- Informou que no final de maio surgiu a proposta da SECD/MMA de produzir um boletim semanal para acompanhar a atualização do que está acontecendo em termos de combate aos incêndios. Apresentou a pré-estreia do Power BI, que está tratando da Amazônia, Pantanal e Cerrado.
- O boletim ainda não acompanha os esforços dos estados e municípios em tempo real, mas consegue analisar os esforços do governo federal em termos profissionais, como aviões, helicópteros, embarcações, veículos e total de incêndios.
- O governo federal trabalha com frentes de incêndios, conjuntos de foco de calor. Organizam uma frente de combate e trabalham até sua extinção. Na Amazônia, são 290 frentes de incêndios, das quais 112 extintas, com 1.126 profissionais, incluindo índices de perigo de incêndios, média diária das queimadas. O que foi reduzido de desmatamento em 1 ano, em torno de 500.000 ha, está queimando em um dia na Amazônia. Em breve será lançado o Power BI.

PAINEL DOS ESTADOS

Daniella Teixeira Fernandes de Araújo, Coordenadora do Bahia Sem Fogo

- Agradeceu o espaço para falar sobre a experiência da Bahia em relação aos incêndios florestais, que tem dado resultados. O programa Bahia Sem Fogo existe desde 2010, mas tem se intensificado desde 2023. O programa é coordenado pela SEMA/BA com objetivo principal de estabelecer políticas públicas e ações em relação aos incêndios florestais, na parte de prevenção, monitoramento e combate.
- O programa está ativo desde janeiro, com reuniões a cada 15 dias, fora da época de incêndios florestais. Pensando em ações em conjunto com os demais membros para uma atuação precoce, é feita uma análise de números e estratégias de gestão, planejamento de ações preventivas e troca sistemática de dados e relatórios produzidos pelas instituições.
- O MMA, através do IBAMA, participa do programa. Parceria com a SEMA, INEMA, Polícia Civil, entre outros órgãos que contribuem para o programa Bahia sem Fogo.
- Destaca as boas práticas de gestão: a gestão integrada com articulação entre órgãos estaduais, federais, corpos de bombeiros. A cada 15 dias, atualização das ações. Trabalho na prevenção e



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

no combate, com equipamentos modernos e treinamentos das brigadas voluntárias e, por fim, a fiscalização através de monitoramentos.

- A Caravana do Bahia Sem Fogo é uma iniciativa do governo do estado com resultados bastante positivos. Elegemos três áreas de maior incidência: Oeste, Chapada Diamantina e Norte. A caravana percorreu essas áreas com ações de conscientização ambiental, incentivando boas práticas, treinamentos de brigadas e distribuição de equipamentos, ações de sensibilização das comunidades e ações socioeducativas. Articulação com as prefeituras, adaptação às realidades locais, uma comunicação mais eficiente e envolvimento de consórcios locais, além de entrevista em rádios locais.
- Foram realizadas 3 reuniões, abrangendo 36 municípios com maior incidência de incêndios florestais e mais 13 mil pessoas sensibilizadas, 30 colaboradores atuaram simultaneamente, 45 brigadas atendidas e percorrido mais de 8 mil quilômetros, com a entrega de 2.970 itens de EPI/EPC, visitamos 57 escolas e empreendemos 12 veículos.
- Apresentou o vídeo que mostra o trabalho da caravana que foi feita na Chapada Diamantina, lugar de turismo, em que qualquer incêndio florestal tem grande repercussão na mídia. Mostra os materiais utilizados, como camisas, panfletos, faixas e criação da nova marca. Percorrido por vários municípios em conjunto com a Secretária de Saúde, Bombeiros, Defesa Civil e IBAMA, realizando palestras em escolas rurais e municipais. Primeiro fazia uma reunião com o prefeito e identificava as pessoas que seriam sensibilizadas pelo projeto.
- Na Bahia, foi suspensa a declaração de queima. Hoje tem 7 regiões estaduais e 178 municípios atingidos, é um decreto dinâmico. (Foi apresentado um mapa das regiões em que a queima está suspensa)
- A partir do dia 23, serão realizadas blitz educativas nas áreas de maior incidência de incêndios, fazendo barreiras em estradas, educação ambiental distribuindo panfletos, ondas verdes, que são as fiscalizações onde há suspensão das queimadas.
- No âmbito meteorológico, a cada 15 dias é feito um monitoramento com apresentação do meteorologista do INEMA, permitindo detecção precoce dos incêndios.
- Evolução dos focos de calor da Bahia está em uma curva decrescente. Todos os dias são emitidos boletins de calor na região e risco de queimadas. A Bahia está ocupando o 14° lugar com 4.563 focos no mês de setembro, comparada aos demais estados do Brasil.

Major Murilo, Coordenador Florestal da Bahia

- Mais de 95% dos incêndios florestais têm ação antrópica e menos de 5% são de causas naturais.
- O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, anteriormente integrado à polícia militar, tornou-se emancipado em 2014, completando 10 anos como corporação autônoma. Como a maioria dos casos é por ações antrópicas, o Corpo de Bombeiros teve como objetivo transformar o pensamento da população, uma vez que a cultura do Bombeiro era militar urbano, e o combate de incêndios florestais não era disseminado.



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

- Foi proposto um Curso de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (CPCIF), transformando o bombeiro urbano em bombeiro militar florestal, melhorando as ações de resposta e prevenção.
- As fases da operação são a prevenção, preparação, resposta e responsabilização, trabalhando internamente sobre a fiscalização por parte dos bombeiros.
- Hoje em dia, há uma relação harmônica com os outros órgãos federais e estaduais. O corpo de bombeiros atuava na orientação preventiva, formação de brigadas voluntárias, Caravana Bahia sem fogo, Blitz preventiva, palestras e campanhas. No primeiro semestre do ano, é feita uma preparação com vários cursos, como o CPCIF e o de brigadas voluntárias.
- Exibe mapa que demonstra onde há mais focos de calor. A partir dessa análise, foram estabelecidas bases de respostas exclusivas para o atendimento de incêndios florestais, de acordo com a criticidade. Foi desenvolvido um Power BI, para acompanhamento e monitoramento, incluindo atendimento, mapas, viaturas, atendimento em municípios e outros. Isso é divulgado para a corporação e os órgãos de imprensa.
- Apresentou um gráfico com o retrato da operação florestal de 2023, onde há similaridade entre a quantidade de focos de calor e o emprego de recursos que foram apresentados. Em 2024, a questão de efetivos e viaturas está superdimensionada para atender as demandas de focos de calor.
- No período de 1º de janeiro a 10 de setembro de 2024, houve uma redução de 15,75%. A responsabilização está ligada ao curso CPERIF, relatórios de investigação, lei orgânica nacional e poder de polícia ambiental.

Rodrigo Belo, Gerente do Instituto Estadual de Florestas, Gerência e Combate a Incêndios Florestal de Minas Gerais IFF/MG

- Desde 2005, Minas Gerais trabalha de forma cooperada nos incêndios florestais, semelhantes aos comitês dentro da política nacional de manejo integrado do fogo. Trabalha sobre um decreto que chama Força-Tarefa Previncêndio, que nasceu com a coordenação do IFF/MG, juntamente com a Secretária de Meio Ambiente, Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil, Coordenação de Defesa Civil, ICMBio e IBAMA, atuando de forma sinérgica também nas Unidades de Conservação e unidade municipais.
- Cita a primeira reflexão sobre a importância da fragilidade dos municípios. Deseja construir efetivamente uma política que empodere os municípios para conseguir uma resposta imediata, pois a tendência é haver mais perdas de áreas devido aos incêndios, tornando-se mais frequente. Já observamos as secas cada vez mais severas.
- Precisa ser autocrítico para que possa efetivamente produzir mudanças. Em 2012, a Força-Tarefa sofreu uma reformulação onde a coordenação migrou do IFF para a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). Em 2024, criou-se uma coordenação operacional para o Corpo de Bombeiros, com diferentes níveis de recursos ao longo dos anos, o que acaba refletindo na contratação de brigadistas, de aeronaves e de serviços.



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

- Dentro da força-tarefa, trabalha-se com 8 a 10 aviões contratados exclusivamente para incêndios florestais e Unidades de Conservação. Também atua na descentralização de crédito orçamentário e convênios com a Polícia Militar aumentando a frota para o combate.
- Precisa-se efetivamente pensar antes dos incêndios, para que se possa produzir mudanças. Foi lançado um programa conjuntamente com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, Corpos de Bombeiros e o Instituto de Florestas (IFF) com a participação da SEMA, chamado Minas Contra o Fogo, com o objetivo de conseguir equipamentos com a iniciativa privada, que doa os equipamentos para os municípios, para elaborarem planos de contingência, além de realizar oficinas para tratar das queimas prescritas, avaliando legislações municipais e capacitação e gestão de brigadas.
- Foi lançado em 2020 o decreto que prevê o uso das queimas prescritas em favor das Unidades de Conservação, explicando a diferença conceitual em relação ao manejo do fogo. Através desse programa contra o fogo, houve resultados significativos, mas ainda limitados. É feito um trabalho de capacitação de brigadas com os voluntários dos municípios que vão desempenhar voluntariamente atividades de brigadistas.
- Apresentado aos municípios o impacto de contratação de brigada mínima, de 3 a 6 brigadistas, para compor o sistema com parceiros integrados, garantindo uma resposta rápida com 2 pessoas ou pequenas escalas. Já os grandes incêndios que irão demandar de 10 a 20 pessoas terão que contar com voluntários e as forças tanto estaduais como federais.
- Esse seminário é proporcionado para enxergar melhor a composição dos atores, inclusive os voluntários. Destaca também a Polícia Civil investigativa: precisa da perícia para acusar o incendiário.
- Apresenta-se criticidade ao se pensar em copiar sistemas, pois a realidade do cenário do Brasil é diferente.
- Destaca a importância dos dados históricos, pois precisa de políticas estruturais e definitivas para mudar o cenário. O que está sendo feito hoje não está funcionando muito bem, principalmente na difusão de conhecimentos, é preciso empoderar as pessoas. Não há necessidade de disputa de poder para combater incêndios, tem necessidade de sinergia entre todos.
- Por fim, destaca sobre as brigadas voluntárias, que em Minas Gerais correspondem a 20% das atuações, e muitas das vezes estão desamparadas, pois faltam programas. É necessário criar parâmetros e mecanismos que fomentem as brigadas voluntárias. Para garantir resultados, é preciso despir de vaidades, assumir os erros e construir de forma mais coletiva.

Leonardo Rodrigues Congro, Chefe da Assessoria, Bombeiro Militar do Mato Grosso do Sul (MS)

O Mato Grosso do Sul vem pautando esse trabalho desde 2021, passando por vários eixos. Foi
feito um prognóstico para o Pantanal, sistematização do conhecimento, questões climatológicas,
ações de preparação, prevenção, resposta, responsabilização e reabilitação.



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

- O Mato Grosso do Sul representa cerca de 60 a 80% da demanda de fogo. O território do MS é composto pelo Pantanal, que é o menor em termos de bioma, porém demanda bastante, também existindo Cerrado e Mata Atlântica.
- A questão do manejo do fogo é fundamental. Observa-se que a resposta e a supressão são uma pequena cadeia, pois são os resultados de uma série de ações prévias, pensando que é melhor prevenir do que remediar.
- O MS tem o Decreto estadual nº 15.654/2021, que criou instrumentos: planos de manejo integrado do fogo, através do IMASUL e Bombeiros. Regularização fundiária do CAR resolvida, o que é fundamental para saber quem é o dono da terra, para que ele faça o manejo do fogo na sua propriedade de forma segura.
- Propõe que a Norma técnica 45 tenha o mesmo padrão da salvaguarda solicitada para crédito de carbono, gerando um interesse do produtor.
- O programa estadual de brigadas contra incêndios conta com 13 bases avançadas no território do Pantanal para otimizar tempo de resposta e realização de ações de prevenção.
- Atua com o sistema de comando de incidentes nas integrações multiagências, juntamente com o Prevfogo, Forças Armadas, Bombeiros e brigadas comunitárias, conseguindo mapear todos os parceiros e trabalhar de maneira coordenada. É importante garantir a articulação no terreno e o trabalho integrado.
- A sala de situação de informação sobre o fogo, com integração com várias plataformas, onde se verifica o foco de calor pelo satélite, antecipando a resposta. O centro integrado de coordenação estadual vinculado ao SEJUSP, Bombeiros, SEGOV, Defesa Civil e Instituto de Meio Ambiente, tem um aspecto colaborativo em nível de governança de estratégia fantástico. Esse comitê criou uma campanha para todos os setores, trabalhando fogo zero e manejo do fogo, e tem que ter um peso maior nas representações dos órgãos estaduais. Por fim, pactuação de recursos financeiros.
- Antes havia um tempo de planejamento. Tem um período menor para fazer o manejo do fogo, por causa dos eventos extremos. Tem um histórico de incêndio que percorreu 30 km em 24 horas.
 O grande desafio será pensar em incêndios de interface, vindo com muita violência das áreas rurais, vai ser preciso pensar coletivamente uma estratégia mais efetiva para salvar vidas e patrimônios.
- O Mato Grosso do Sul avançou na integração, inclusive com o governo federal, pensando no tamanho e na densidade demográfica de difícil acesso. São feitas ações de prevenção, em vários períodos e orientações aos proprietários.
- O SIFAU permite vincular as questões de desmatamento, mas ele mensura a capacidade da biomassa acumulada na vegetação. As principais propriedades que tinham maior acúmulo de biomassa foram notificadas pelo IMASUL para que tomassem providência para reduzir a biomassa.
- Cita estratégias que foram pensadas de 2024 a 2029, com acordo de cooperação técnica entre governos do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de encontro entre o Brasil e os Estados



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

Unidos (EUA) para cooperação internacional contra incêndios. Os EUA têm um sistema de alertas de incêndios e desastres naturais - seria importante trazer essa ferramenta para o Brasil.

- Existe uma integração com salas de situação com o estado e o governo federal, com reuniões virtuais tratando dos incêndios. Nas salas, é trabalhado o monitoramento de respostas e as bases avançadas, verificando focos de calor e encaminhando para a prevenção e ações de combate.
- Foram combatidos 5.606 focos de calor na região do Pantanal, com mais de 1.005 bombeiros militares nas operações de incêndio, tropa de campo, aeronaves de asas fixas e tratativas.
- O eixo de responsabilização é trabalhado com a Polícia Militar. Esse eixo não avança sem investigação, sendo preciso da perícia de incêndio para mensurar e implementar política pública.
- Ações pós-incêndios: em 2020, foi criado o grupo de resgate técnico de animais no Pantanal (GRETAP), que agrega esforços de médicos veterinários e biólogos, realizando resgates e recuperação no bioma, com aporte nutricional e verificação do impacto na fauna pelos incêndios. Outra ação pós incêndios é uma ação humanitária para as comunidades tradicionais e ribeirinhas com ação da Defesa Civil, levando mantimentos e água.
- Uma ação válida foi a dos governadores do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, solicitando
 à SUDECO realizar um aporte do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), criado o FCOPantanal, que ajuda na compra de implementos de brigadas.
- Reflexões sobre o Sisnama. É necessário integrar mais as Secretarias e demais estruturas estaduais, observando o esforço de cada ente federativo, é preciso avançar o Sisnama, a exemplo do SUS nacional. Pactuação com união, estados e municípios de maneira regular e permanente para estruturação das ações de resiliência. É essencial avaliar cada ação de cada ente federado e ao mesmo tempo, retribuir financeiramente.

Mauren Lazzaretti, Presidente da Abema - Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso

- Serão apresentadas as boas práticas e as prioridades para a regulamentação da Política Nacional de Manejo do Fogo.
- O Mato Grosso tem um desafio de fazer o enfrentamento dos incêndios florestais em três biomas que possuem características e condições diferentes. O estado tem 903.000 km², com 53% do Amazônia, 40% Cerrado e 7% Pantanal. A situação do Pantanal do Mato Grosso é semelhante à do Mato Grosso do Sul, por isso a atuação conjunta dos dois estados tem sido progressivamente construída de forma consistente e transparente.
- Desde 2010, dentro do Corpo de Bombeiros, tem a estrutura do batalhão de emergências ambientais.
- O Comitê Integrado do Fogo é presidido pela Secretária de Meio Ambiente e a secretaria executiva é dos Bombeiros.
- Em 2020, foi constituído o Comitê Estratégico para Combate ao Desmatamento Ilegal, Exploração Florestal Ilegal e Incêndios no estado de Mato Grosso, presidido pelo governador com instituições federais e estaduais. O produto mais importante do comitê é o Plano de Ação Anual, todas as instituições de forma integrada e cooperada, com reuniões quinzenais que permitem



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

compartilhamento de informações, principalmente para os órgãos que repassam para a imprensa. O plano tem como temas específicos a prevenção e combate ao desmatamento ilegal e a prevenção e combate aos incêndios florestais com linhas de ação de gestão, monitoramento, responsabilização, fiscalização, proteção da fauna e comunicação.

- Anualmente, os valores de investimentos têm sido ampliados. Todos os recursos estaduais direcionados a execução do planejamento, que foca na capacitação de brigadistas, comunidade, indígenas e Unidades de Conservação para atuarem na primeira resposta. Foram apresentadas reportagens sobre as ações de prevenção e combate feitas no Mato Grosso.
- Apresentou iniciativa do governo do estado de produção de abafadores sustentáveis, construídos pelos detentos que estão em trabalho voluntário com materiais apreendidos e reciclados.
- Mesmo com todo investimento do Mato Grosso, hoje o estado está entre os com maiores números de incêndios florestais, com um aumento de mais 227% dos focos de calor, alterando a média anual. O pantanal é o bioma mais sensível, mas os biomas amazônico e cerrado também preocupam. No ranking dos estados, o Mato Grosso está em terceiro lugar. Em números absolutos, fica em primeiro lugar, mas em área está em terceiro lugar.
- Foram monitorados 10 municípios com maior fonte de calor no estado, o MT tem fortalecido seus relacionamentos com os municípios. Existem salas de situação que monitoram o desmatamento e uma sala operacional com o sistema que controla toda a estrutura e acompanhamento da operação, os recursos empregados e o efeito que gera. Apresentou o dashboard que foi produzido no sistema na sala de situação do Pantanal 2024.
- O Batalhão de Emergências Ambientais no Mato Grosso é referência de atuação no combate de incêndios florestais, citando o exemplo da operação no Parque Estadual da Serra de Ricardo Franço.
- A responsabilização continua sendo um desafio, a identificação da autoria e a demonstração do nexo causal desafiam nossas equipes. A estratégia utilizada foi enfrentar esse desafio e evitar ações anulatórias de autos de infração, pois o governo não quer punir vítimas de fatos decorrentes da ação de outros.
- A maioria dos produtores em áreas rurais trabalha para combater incêndios florestais, assim como as associações e federações, mas há uma parcela de infratores que causam danos às suas propriedades.
- Tem questões culturais a serem trabalhadas, pois os números em Terras Indígenas são alarmantes, com ampliação de 470% dos focos de calor. É preciso envolver na discussão como conciliar a cultura do uso do fogo nas Terras Indígenas e qual o risco impõe para eles e para as propriedades vizinhas nesse período mais crítico.
- No Mato Grosso, prevê-se um plano de ação com recursos na perícia ambiental, a Politec trabalha com o batalhão de emergências ambientais e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Com o batalhão de Bombeiros, verifica a incidência de fatos que podem comprovar o nexo causal e atuação integrada com a Delegacia Especializada de Meio Ambiente. No ano de 2024, foram 16 inquéritos com punição para infratores.



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

• O Mato Grosso faz controle da atuação do combate ao desmatamento e aos incêndios florestais, com destaque no ano de 2023, atuou em mais de 20.000 hectares e pelo Batalhão de Emergências Ambientais mais de 206 milhões em multas, e pelas outras instituições do MS 4 bilhões e 97 milhões de reais aplicados em multas, além de mais de 4.500 autos de infração lavrados pelos órgãos estaduais de meio ambiente e segurança pública. No ano de 2024, há mais de 4 mil hectares embargados pelo uso irregular do fogo e mais de um bilhão de multas aplicadas.

Sugestões para a regulamentação da Lei 14.944/24:

- o fogo é necessário para o manejo em áreas do Pantanal e Cerrado, como comprovado cientificamente. Precisa usar o fogo de forma adequada, o que é um grande desafio. No MT é emitida autorização de queima controlada. A nova lei inseriu a figura da autorização de adesão e compromisso. É necessário detalhar como se dará a conciliação com a autorização existente, emitida pelo estado, e quais os requisitos desta autorização.
- Haverá parâmetros diferentes entre os estados e municípios, sendo relevante que isso esteja tratado no decreto federal. É preciso especificar os procedimentos em relação aos planos de manejo de uso do fogo, públicos e privados. Em relação aos privados, seria possível elaborar planos que envolvam mais de um empreendimento e propriedade ou trabalhando com planos individuais. O plano trará benefícios para quem apresentar.
- Essa agenda precisa de recursos, planos de fomento, linhas de créditos específicas. Apoiar a criação de brigadas na propriedade privada para auxiliar os proprietários.
- Como sugestão, envolver o Ministério da Agricultura, para que o produtor rural seja capacitado e estruturado para esse enfrentamento.
- **Detalhamento dos aceiros**, em suas modalidades e aplicabilidades, não estão especificados na lei. Sugere detalhamento e a explicação da diferença de aceiros em cada bioma.
- O código estadual de meio ambiente do Mato Grosso autoriza o corpo de bombeiros e batalhão de emergências ambientais autuarem em incêndios florestais e queimadas irregulares, o que melhorou a qualidade dos autos de infração, reduzindo sua anulação e conseguindo muito mais em campo do que em satélite pelo judiciário.

Coronel Décio, Corpo de Bombeiros do Mato Grosso

- O Estado do Mato Grosso segue a doutrina da Defesa Civil e dos Corpos de Bombeiros, mantendo
 a linha de prevenção, preparação, resposta e responsabilização. Na parte de monitoramento, com
 plataforma própria, identificando os eventos do fogo, as equipes são rastreadas. O governador
 instituiu uma sala central para atuações, além de mais de sete salas de situação no estado, que
 são os comandos regionais com cenário organizado.
- Foi criada uma associação mato-grossense dos municípios, onde foram estabelecidos critérios para que as instituições na esfera municipal pudessem aderir ao pacto de treinamento, capacitação e educação ambiental.



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

 Sobre o instrumento de resposta, o fator tempo é importante. O Mato Grosso possui uma ação orçamentária, pela qual acompanha os incêndios florestais, institui vários instrumentos de resposta, inclusive trabalhando as brigadas municipais. Para mais informações, visite o site do Corpo de Bombeiros do Mato Grosso.

Debate

Carolina, Coordenadora do Plano de Prevenção e Combate a Incêndio Florestal pela Secretaria de Meio Ambiente/DF

- Explana sobre a importância deste seminário, para saber o que os outros estados estão executando. Apreciou a apresentação da caravana da Bahia. No Distrito Federal, o plano de prevenção é instituído por decreto e realizamos muitas ações semelhantes às da Bahia. Organizamos blitz educativas com crianças. Recebemos mensagens parabenizando essas campanhas educativas, que são feitas desde 2016.
- O grande desafio em Brasília é a autuação. Emitimos autos de infração, temos perícia e conhecimentos de tudo acerca do incêndio causado, mas só com imagem de satélite não funciona. Se não pegar no flagrante, os autos caem.
- Contratamos 150 brigadistas distritais, capacitados pelo Prevfogo do IBAMA. O diferencial é a atuação no ano, todos juntos na prevenção. A Secretaria de Meio Ambiente, junto com o Órgão Ambiental de Brasília, está escrevendo um projeto de lei para conseguir efetuar essa contratação o ano todo. Trabalhando junto com a Universidade de Brasília (UnB) que treina por inteligência artificial um projeto Sem Fogo no DF. Foram instaladas quatro câmeras na Torre Digital de TV para ver em tempo real a dinâmica dos incêndios, só na região do Plano Piloto. Assim consegue, junto ao Corpo de Bombeiros, atuar de forma mais efetiva.

Francisco de Assis, Meteorologista Climático - INMET - A condição do clima é o preditor da condição de queimadas e incêndios. Quando a região chega a 90 dias sem chuva, a umidade em 15% e temperaturas elevadas de 35° C, é propício à condição de queimadas. A biomassa começa a ficar muito seca e o monitoramento climático é essencial para tomada de decisão. Relata a quantidade de incêndios nas estradas, menciona que houve comunicação interna com a EMBRAPA, que sugeriu limpar o capim das BR para evitar essas queimadas.

Major Rafael Freire, do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e Gerente da Guarda do Instituto Estadual do Meio Ambiente

Informou não trabalhar com voluntários de combate a incêndios florestais. O principal desafio no
estado são as chuvas, inundações e deslizamentos. Houve 1.339 frentes de fogo combatidas pelo
corpo de bombeiros e pelos Agentes de Defesa Ambiental. O corpo de bombeiro tem 12.200
agentes, mas o combate é muito difícil porque depende exclusivamente de pessoal, abafador e
bomba costal, raramente utilizados motobomba por causa das elevações.



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

• Estão tentando trabalhar com voluntários. Questionou aos representantes da mesa, se os voluntários podem atuar como autônomos, se são contratados, se há alguma previsão estadual de apoio com relação a acidentes pessoais, se recebem material do estado ou se são organizados por ONGs. Pede detalhamento da atuação dos voluntários de combate a incêndios florestais. Por fim, informou sobre o projeto de guarda de parques, com os quais é feito um contrato de 3 anos, prorrogável até 10 anos.

Bahia - Não existe regulamentação para atuação das brigadas voluntárias. Um movimento iniciou-se na Chapada Diamantina, por pessoas que utilizavam o turismo nos municípios, criando uma regra que, se o guia turístico usufruiu do ambiente, ele tinha que dar uma parcela de contribuição. A partir daí, foram criadas associações que atuavam no combate a incêndios nesta região, disseminando ao longo do estado e atuando de forma autônoma. Atuamos com a integração dessas brigadas. Alguns municípios instituíram legislação de brigada municipal. Não há seguro de vida, mas é bastante questionado por eles. O corpo de bombeiro faz treinamento e o estado paga um kit, tanto de proteção individual quanto para o combate.

Mato Grosso do Sul - Há um programa instituído no corpo de bombeiros chamado Voluntários no Corpo de Bombeiros Militar, para todas as atividades dentro da corporação. Em 2017, foi utilizado como parâmetro a lei do voluntariado. Ele se inscreve no site e os estados convocam e realizam a formação. O profissional se responsabiliza pelos próprios materiais e assina um termo de responsabilização pela integridade. Pela falta de assistência ao longo dos anos foram reduzindo o número de voluntários.

Minas Gerais - A lei do voluntariado não fala claramente sobre o meio ambiente. Considerou mais acessível trabalhar com voluntários através de uma pessoa jurídica, para celebrar um termo de cooperação com a defesa civil. Precisa de política de verdade para os voluntários e políticas inclusivas. Em Minas, é cedido o material na conta do gerente da Unidade de Conservação ou faz um termo de cooperação com chamamento público. Foi realizado o curso de instrutor de brigadas voluntárias para que eles formem sua equipe, dando autonomia e condição para desenvolverem e atuarem. Enquanto não começar a dividir responsabilidades, não irão conseguir enfrentar.

Mato Grosso - Possuímos o NTCB que credencia empresas, que fazem capacitação das brigadas voluntárias, e as ONGs. Estão buscando uma vinculação, por meio do comitê estadual de gestão do fogo. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Segurança Pública fazem doação de equipamentos e orientações.



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

PAINEL DOS MUNICÍPIOS

Mariana Massoud (Diretora de Planejamento e Monitoramento/Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SEMADUR/Campo Grande - MS)

- Apresentou o COMIF (Comitê Municipal de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais e Urbanos), composto por 16 órgãos e setores da sociedade, que gere o "Programa Agosto Alaranjado". O Comitê é responsável por ações integradas entre órgãos de governo do município, em colaboração com o poder legislativo, órgãos estaduais, federais, bem como representantes da sociedade civil e lideranças comunitárias.
- Desenvolveram uma linha de comunicação para receber denúncias sobre incêndios criminosos (telefone e on-line, "Fala Campo Grande"), com link específico. Destacou a importância da formalização de denúncias pela população.
- Realizam cooperação com a secretaria de limpeza urbana para facilitar o monitoramento de lotes não ocupados, terrenos baldios ou não edificados e outras fontes urbanas com potencial para desenvolver incêndios.
- Monitoram os atendimentos médicos por razões respiratórias na secretaria de saúde, por haver a seguinte correlação: as áreas que têm maior quantidade de queimadas são as áreas que mais têm registros de problemas de saúde. A partir dos dados levantados com estes monitoramentos organizam as informações e desenham um cronograma de ações para as áreas mais sensíveis da cidade e projetam ações com ênfase em áreas mais sensíveis para o ano seguinte a partir destes dados.
- Relata que só em 2024 combateram mais de 1.200 focos de incêndios na capital do estado e menciona as complicações e restrições do período eleitoral.
- Destaca a ênfase dada às campanhas de comunicação e conscientização junto à população, destacando que o desafio é mudar a cultura da população em relação ao uso do fogo. Foi exibido um vídeo de campanha de conscientização.

Sérgio Ricardo Benedetti (Secretário de Meio Ambiente de São Félix do Xingú/PA)

- Contextualiza a magnitude do município de São Félix do Xingú/PA e destaca os desafios inerentes a uma unidade federativa com aquele tamanho (o terceiro maior município do estado do Pará).
 Reconhece a disponibilidade e disposição do governo federal para colaborar quanto à temática ambiental nesta gestão.
- Discorre sobre os valores formadores da política ambiental local e comenta a metodologia de trabalho da Secretaria de Meio Ambiente do Município por meio do planejamento estratégico, tendo como um dos resultados esperados "reduzir o desmatamento e incêndios florestais".
- Discorre sobre as campanhas de conscientização e educação ambiental realizadas junto aos produtores rurais do município (mídias sociais e rádios) e destacou a necessidade de ações de comando e controle envolvendo fiscalização e repressão a incêndio criminosos e uso irregular do



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

fogo, destaca a importância da operação Curupira do governo federal e da administração estadual na diminuição do desmatamento e dos incêndios florestais.

- Relata progressos na interação com órgãos responsáveis pela gestão e fomento agrícola do estado do Pará. Relata também progressos na parceria com o Prevfogo para a constituição de brigadas de voluntários para o combate a incêndios florestais. Porém, indica a dificuldade em contar com voluntários devido a indisponibilidade deles na maior parte do tempo.
- Relata a montagem de uma base do CBMPA no município e a operação Fênix do CBMPA em cooperação com o município para programas de conscientização junto à comunidade.
- Indica as reuniões da defesa civil com povos indígenas para elaborar plano de emergências do município.

• Ações imediatas:

- o integração entre os entes responsáveis pela divisão territorial no município para proteção e combate às queimadas (INCRA, SEMAS, Terras Indígenas);
- o obtenção de efetivos para proteger áreas rurais mais suscetíveis à incêndios (Exército, Força Nacional, IBAMA, etc);
- o utilização de equipamentos para observação e vigilância das áreas (satélites, aviões, Drones);
- o realização de reuniões de emergência para conscientização de comunidades, produtores rurais, escolas etc., para acabar com o negacionismo;
- coibir ações criminosas.
- Necessidade de mudança de mentalidade da população e abandono do fogo como forma de manejo preferencial.
- Destacou a necessidade de iniciarmos o planejamento para as ações do ano que vem, melhorou muito o apoio aos municípios, mas a demanda por recursos continua.

Deyvson Braga (Secretaria de Meio Ambiente de Manaus/AM)

- Explicou que a atuação da Secretaria de Meio Ambiente de Manaus/AM tem caráter suplementar e preventivo.
- Destacou que Manaus está sofrendo com a estiagem (que dificulta até mesmo o acesso via fluvial
 à cidade e a municípios adjacentes) e com a fumaça de incêndios florestais provenientes de
 municípios vizinhos à área metropolitana de Manaus e outros locais ao sul da capital, áreas com
 forte atividade agropecuária. Destacou também alguns poucos incêndios em áreas urbanas, sendo
 a questão das invasões a áreas urbanas um problema relevante nesta seara.
- A partir desta realidade, o município atua com foco em ações de monitoramento, fiscalização, sensibilização e ações integradas com outras secretarias e com as administrações de municípios vizinhos (bem como em coordenação com o CBMAM).



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

- Indica também as dificuldades com o período eleitoral e explana sobre o programa de conscientização "Manaus Sem Fumaça" iniciada em junho (Campanha "Junho Verde") e cuja principal estrutura governamental é o Comitê de Mudança Climática, coordenado pela SEMAS.
- Houve a intensificação das ações de fiscalização e combate ao fogo integradas com o CBMAM e indica a importância de responsabilização dos criminosos.

Yayley Coelho da Costa Jezini (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho/RO)

- Versa sobre o programa Proteção Verde, da Secretaria de Meio Ambiente de Porto Velho/RO, comentando, as dificuldades de trabalhar com controle, prevenção e conscientização social no maior município em área do Brasil, com população dispersa e locais acessíveis apenas por via fluvial (com especiais dificuldades neste período devido à seca do rio Madeira) e forte produção rural (em especial soja e gado).
- Realiza um histórico dos combates aos incêndios no estado de Rondônia e as primeiras brigadas de combate ao fogo entre 2016 e 2017. Indica o foco das ações do município em ações de educação, conscientização, palestras e parcerias institucionais. Destacando a experiência positiva com a contratação de brigada civil de combate a incêndio.
- Aponta as dificuldades dos municípios em gerir contratos e ações de fomento.
- Mencionou o "Programa Proteção Verde" (PPV), uma ação na qual o objetivo primordial é
 promover uma redução contínua da taxa de incêndios e queimadas no município, realizando
 monitoramento e mapeamento de áreas com maior índice de focos de calor. O programa é
 pautado por oito metas:
 - o criar sala de situação para monitorar focos;
 - o criar cronograma de fiscalização com equipes;
 - o capacitar servidores da SEMA para fiscalização e monitoramento;
 - o palestras educacionais;
 - o realizar oficinas com lideranças sociais e comunitárias;
 - o capacitar produtores rurais para o uso adequado do fogo;
 - o capacitar agricultores para práticas alternativas ao uso do fogo para a agricultura;
 - o fiscalização e controle.
- O cronograma do programa prevê execução em quatro anos. Agradeceu a colaboração do governo federal e o Programa União com Municípios.

Marçal Cavalcante (Presidente Nacional da Anamma) — Convidou Mário Mantovani para compor a mesa.

Mario Mantovani (Presidente da Fundação Florestal do Estado de São Paulo)

- Destacou a importância de investir recursos públicos para combater o fogo.
- O problema com incêndios em SP foi fora das UCs, nas áreas de produção rural. Comentou o perigo do negacionismo climático.



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

- Comentou sobre a abordagem do estado de SP de fechar os parques para proteger as áreas de Unidades de Conservação na seca e mobilizar os recursos financeiros e humanos para o combate a incêndios.
- Aponta a necessidade de envolver os municípios no combate aos incêndios e os conselhos municipais de meio ambiente.
- Em sua opinião de que os incêndios são um crime de lesa pátria, devendo haver tipificação penal neste nível. Apontou ainda, a interface entre o uso do fogo e a questão fundiária do Brasil, destacando que a impunidade é uma força motriz de diversos interesses que materializam as queimadas em áreas de cultivo, e sobretudo os incêndios florestais.

MESA DE ENCERRAMENTO

João Paulo Sotero (Chefe de Gabinete da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)

- Destacou o momento sensível, a importância da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) e a necessidade de colaboração entre os entes federativos. Falou sobre a dificuldade de ter que liderar a ação direta de controle dos incêndios e atuar simultaneamente na formulação de propostas para regulamentação da política, neste momento de formação do COMINF (Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo). Destacou que o Governo Federal está integrado no desenvolvimento das ações de combate aos incêndios.
- Indicou a importância de pensar em mecanismos para estruturar melhor o voluntariado e as discussões sobre os modelos mais adequados para o financiamento da PNMIF e convida os presentes a contribuir na construção da regulamentação da PNMIF.
- Propôs que a Abema e a Anamma apresentem por escrito propostas para a regulamentação da política, até o dia 30 de setembro de 2024.

Mauren Lazzaretti (Presidente Nacional da Abema)

 Exaltou a importância do evento. Falou sobre o trabalho extenuante ao longo da crise das queimadas de 2024 e a importância de preencher lacunas na operacionalização do tema junto aos entes federativos.

Marçal Cavalcante (Presidente Nacional da Anamma)

- Demandou a operacionalização de fluxo de recursos "Fundo a Fundo", do Fundo Nacional do Meio Ambiente para os Fundos Municipais de Meio Ambiente e para os Fundos Estaduais.
- Demandou também maior transparência do Fundo Clima com os municípios, acerca dos critérios para habilitação e operacionalização de recursos para municípios.
- Destacou a necessidade de discutir a conversão de multas e condicionantes por parte do IBAMA, bem como outras fontes de recursos, para favorecer o combate aos incêndios e a estruturação da PNMIF.



Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama - DSisnama

Marcela Moraes (Diretora do DSisnama/MMA)

- Comentou a iniciativa do MMA em parceria com o Ipea para construir uma proposta para fortalecimento do Sisnama. Os representantes dos entes federativos serão entrevistados e isso permitirá construir um plano de governança para o meio ambiente.
- Agradeceu a participação e o espaço de troca de experiências, uma grande oportunidade para pensar em soluções conjuntas. A ideia é que até o final do mês, o DSisnama sistematize essas contribuições dos estados e municípios para a primeira reunião do Comitê do Fogo no início de outubro.
- Por fim, sugere que cada um dos presentes faça um esforço de elencar suas prioridades para ações preventivas, de combate e de responsabilização, encaminhando as contribuições para a regulamentação da PNMIF nestas diversas frentes de atuação.

ENCAMINHAMENTOS

- ➤ Até 30 de setembro Abema e Anamma enviarão por escrito as contribuições dos Estados e Municípios para a regulamentação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.
 - O Abema organiza as contribuições dos Estados; e
 - Anamma organiza as contribuições dos Municípios.
- > SECD/DSisnama/MMA enviará a todos os presentes a ata do seminário.